

## TRABALHO E “TEMPO LIVRE” NO ENVELHECER DO TRABALHADOR:

o “fazer produtivo” versus “fazer prazer”?

*Solange Maria Teixeira\**

### RESUMO

Esse artigo visa oferecer uma crítica às perspectivas de análise da “problemática social” da velhice dissociada das condições de produção e reprodução do próprio trabalhador, no capitalismo contemporâneo, e que atribuem às mudanças no mundo do trabalho, tais como a perda da centralidade do trabalho na organização social, às modificações nas imagens e lugar social destinado aos idosos, uma valorização da sua condição social e abertura para atividades de autovalorização, para um tempo verdadeiramente livre. A qual rebatemos como uma análise da categoria tempo na sociedade capitalista e a expansão do capital depois dos anos 70, para áreas não mercantilizadas e suas transformações culturais.

Palavras-Chave: Envelhecimento, Tempo de Trabalho, Tempo Livre.

### ABSTRACTS

This article intends to provide a criticism to analysis perspectives of the old age's “social problematic” separated of reproduction and production capitalism that attributes to changes in the working world, such as, the loss of the job centrality in the social organization, modifications at the images and social place destined for elderlies, an increase the value of social condition and enlargement of their activities for a really free time. That we can strike as an analysis of category time in the capitalist society and the expansion of the capital after 1970s, not for mercantile areas and its cultural transformations.

Keywords: Old-Grow, Working Time, Free Time.

## 1 INTRODUÇÃO

É comum nas análises sobre o envelhecimento, abordá-lo em sua universalidade abstrata, como denunciados pelos estudos de Haddad (1986, 1993), desconsiderando-se as condições materiais de existência, o fato de que há idosos nas diferentes camadas, segmentos e classes sociais, que os mesmos vivem a velhice de forma diferente. E de que é para os trabalhadores envelhecidos, que esta etapa da vida evidencia a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista, constantemente reproduzida e ampliada, dado o processo de produção para valorização do capital em detrimento da produção para satisfazer as necessidades humanas dos que vivem ou viveram da venda da sua força de trabalho.

De acordo com Haddad (1993, p.12), na ideologia da velhice difundida por diferentes instâncias discursivas, entre estas o Estado, a gerontologia, os intelectuais:

---

\* Docente da Universidade Federal do Piauí; Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, Doutoranda do Programa de Políticas Públicas da UFMA.

[...] a velhice é pensada, exclusivamente, como uma etapa natural do ciclo biológico da vida, como momento inexorável da existência a qual todos estão virtualmente expostos, como um fenômeno independente do modo pelo qual a sociedade capitalista explora a força de trabalho, condenando o trabalhador não apenas a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor, mas, antes de tudo, a uma depreciação social que afeta o conjunto da classe trabalhadora.

Esta tendência se acentua na contemporaneidade, onde as análises teóricas dos “expects” da velhice promovem uma dissociação entre a problemática da força de trabalho ativa, da problemática social dos que vivem do não-trabalho, do tempo liberado do trabalho, autonomizando sua problemática e suas lutas por direitos sociais, isentando a sociedade de classe da produção e reprodução desta problemática.

Esta dissociação entre trabalho e envelhecimento é apresentada, como uma dicotomia acentuada e possibilitada pela sociedade contemporânea, considerando os avanços tecnológicos, ampliação da produtividade, a automação da produção, além da longevidade que proporcionam uma ampliação do tempo de vida, e do tempo livre; uma distinção entre o “fazer produtivo” e o “fazer prazer”, em que o tempo do envelhecimento se define como tempo de lazer, de realização pessoal, tempo liberado das necessidades econômicas e familiares.

Essas análises apresentam uma relação entre as mudanças na imagem e lugar social dos idosos e as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, ou seja, tomam como ponto de partida a aceitação da tese do “fim da sociedade do trabalho”, portanto, da emergência de uma sociedade pós-industrial, em que a categoria trabalho perde a centralidade na integração social, possibilitando uma reconstrução das imagens tradicionais dos sujeitos que estavam fora do sistema produtivo.

O objetivo deste artigo é esboçar uma crítica a essas análises, que apesar de relacionarem as mudanças nos valores atribuídos aos idosos, com as transformações estruturais do sistema produtivo, dirige-se para abordagens que dissociam a problemática da velhice do trabalhador das posições que os sujeitos ocupam no processo produtivo, das condições materiais de existência, da situação de exploração e expropriação do tempo de vida do trabalhador pelo capital, cada vez mais opressivo e totalitário, apontando a velhice como o tempo do “fazer prazer”, do tempo verdadeiramente livre, de realizações, de atividades livres, de lazer, como se o estranhamento se restringisse à produção, ao tempo de trabalho e não ao consumo e ao “tempo livre”, como se o capital deixasse imune à sua lógica esse tempo da vida.

Partimos da hipótese de que o tempo de vida do trabalhador continua sendo dominado, de forma opressiva pelo capital, e que seria utópico e romântico lutar por um tempo livre que libera e emancipa, numa sociedade em que o trabalho avilta. “[...] essa concepção acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital que

engloba desde a esfera da produção até o consumo, desde o plano da materialidade ao mundo das identidades” (ANTUNES, 2000, p.88).

O tempo no capitalismo é o tempo da produção, da mercadoria, da valorização do capital, da satisfação de suas necessidades reprodutivas; é o “tempo do não-desenvolvimento humano” (DEBORT, s/d), portanto, não há uma valorização da pessoa humana em qualquer idade, todavia, o idoso como portador de renda, numa sociedade em crise e com o desemprego estrutural, torna-se um consumidor em potencial, dos planos de saúde, de previdência, da indústria de cosméticos, de lazer, dentre outras. Todavia, é necessário criar novas necessidades para este segmento, difundir a juventude não mais relacionada à idade cronológica, mas ao estilo de vida, como um valor a ser conquistado em qualquer idade; reelaborar as concepções sobre o corpo e a saúde, principalmente, as concepções autopreservacionistas e difundir esses comportamentos aos velhos. “A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo” (DEBERT, 1997, p.44), ou como destaca Debord (s/d, p.110), “do ponto de vista da frente do bombardeamento publicitário é terminantemente proibido envelhecer”. Trata-se de usufruir o “capital-juventude” presente em cada um. “Esta ausência social da morte é idêntica à ausência social da vida”.

## 2 “FIM DA SOCIEDADE DO TRABALHO” E A NOVA CONDIÇÃO DA VELHICE

Apoiando-se nas análises teóricas de autores como Offe (1989), Habermas (1987), e Gorz (1988), que apontam em suas hipóteses para o “fim das utopias do trabalho”, ou do trabalho como categoria central de integração e identidade social, sob os argumentos de que o trabalho não é mais a principal força produtiva, de que não há mais empregos permanentes para todos os trabalhadores, ou ainda com a diminuição do tempo de trabalho em favor do aumento do tempo livre, “o trabalho tende a se tornar acessório e as atividades autônomas tornam-se preponderantes”, o que obriga as pessoas a buscarem suas identidades em atividades e relações sociais fora do trabalho, Gomes (2001), destaca quatro pontos relacionados as transformações no mundo do trabalho com as mudanças na imagem e lugar que os idosos ocupam na sociedade.

O primeiro, está relacionado ao trabalho visto como produção e ao predomínio do tempo de trabalho na vida das pessoas, o que ocasionava a desvalorização do trabalhador após sua saída do sistema produtivo. A concepção de trabalho, enquanto organizador da estrutura social e pessoal, não apenas repercutia negativamente quando da saída do mundo do trabalho, mas tirava destes o poder de mobilização coletiva, pela sua autodesvalorização, pelo sentimento individual e coletivo de inutilidade e improdutividade, já

que a vida é trabalho e produção. Não apenas a relativização da importância do trabalho na vida das pessoas, dado o crescente desemprego, e a mobilização dos aposentados e pensionistas antes e depois da Constituição de 1988, fizeram surgir uma imagem do idoso cidadão, capaz de promover transformações sociais, de luta.

A segunda está relacionada ao desemprego estrutural na nova fase da acumulação capitalista, com a revolução tecnológica no processo de produção, que têm provocado, tanto o desemprego quanto o desaparecimento de funções e postos de trabalhos, vem fazendo com que o desempregado deixe de ser estigmatizado e discriminado como “incapaz”, “incompetente” ou “parasita social” – sinônimos estes também utilizados para caracterizar ao idoso/aposentado. Com o idoso provedor de renda, nestas crises sua participação financeira na família, tem sido muito mais visível, passando a assumir um papel mais ativo – econômico e social – possibilitando a transformação de sua imagem na família e na sociedade.

A terceira está relacionada às imagens dos idosos como desqualificados ou desatualizados, que vem perdendo força na medida em que os avanços tecnológicos tornam obsoletos todos os que não acompanham tais mudanças, velhos, jovens, adultos.

E por fim, a questão da ampliação do tempo livre no tempo de vida, tanto pelo aumento da expectativa de vida, quanto pela diminuição do tempo de trabalho. E na medida em que o trabalho deixa de ocupar o papel central enquanto referência normativa de vida e de integração da personalidade há uma tendência a buscar satisfação em outras esferas da vida.

Segundo a autora é na dicotomia de tempo de trabalho/tempo de lazer ou no “fazer produtivo” e no “fazer prazer” que se dá o embate vivido pelo idoso de hoje, que teve a vida adulta regida pelo trabalho/produção e a velhice pelo lazer/prazer, o tempo da liberdade.

É nesta perspectiva que se inserem as propostas de políticas sociais para os idosos, tais como os centros de convivência, universidades para terceira idade, clubes da terceira idade, dentre outros, visando ocupar este tempo liberado do trabalho com atividades de autovalorização, que de um modo geral, buscam redefinir a imagem social dos idosos, promoverem a integração, reinserção social, atualização cultural, proporcionar crescimento pessoal, melhorar a auto-estima. São difusores da imagem da terceira idade, como um tempo específico de lazer, tempo de atividade desligada da vida profissional e familiar.

### 3 TEMPO DE VIDA DO TRABALHO NA LÓGICA DO CAPITAL

O capitalismo é antes de tudo um sistema de expropriação do tempo de vida. De acordo com Debord (s/d, p.109), “para rebaixar os trabalhadores à condição de produtores e consumidores “livres” do tempo-mercadoria, a condição prévia foi a expropriação violenta do seu tempo”; a questão da mais-valia está relacionado ao controle do tempo pelo capital, ao poder de dispor do tempo dos outros, daí a necessidade de submeter ao trabalho abstrato também um tempo abstrato, uniforme, linear, necessário a sincronização do trabalho, rompendo com o tempo cíclico das sociedade pré-capitalistas; a partir de então o tempo de vida das pessoas continua privado de decisão e submetido, não à ordem natural, mas à pseudo-natureza desenvolvida pela indústria e pelo trabalho alienado.

Portanto, nesta perspectiva materialista, as concepções de tempo e espaço são criadas através de processos materiais de produção na sociedade. Então, como as práticas materiais de produção mudam historicamente (no tempo) e geograficamente (no espaço), a própria noção de tempo e espaço também mudam. “Em suma, cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço”. (HARVEY,1993,189).

Nobert (1998), também discute o tempo como uma representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico; não como um dado objetivo, nem como uma estrutura a priori do espírito, mas como símbolo social, resultante das práticas sociais e do processo de aprendizagem, no qual estão imbricados mutuamente e interdependentemente, a natureza, sociedade e o indivíduo. Destaca ainda, o caráter coercivo do tempo nas sociedades modernas, em que o tempo exerce de fora para dentro sob a forma de relógio, calendários e outras tabelas de horários uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos.

Com o advento da sociedade industrial o valor do tempo passa a ser medido pelo dinheiro, o qual passa a ser dominante no processo de trabalho, e aparece a necessidade de sincronização do trabalho, e de mecanismos de ampliação do sobretrabalho para fins de acumulação do capital, o que favorece a uma maior atenção ao tempo de trabalho. Esta sociedade condena o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida, submetendo e convertendo o seu tempo de vida em tempo de trabalho.

Esse tempo sob o controle do capitalista é segundo Kurz (1999), um tempo sem liberdade, um tempo impingido ao indivíduo (na origem até pela violência) em proveito de um fim tautológico que lhe é estranho, determinado pela ditadura das unidades temporais abstratos e uniformes da produção capitalista. E apesar de consumir a maior parte do tempo

diário, a maioria esmagadora dos que trabalham não sente o tempo de trabalho como tempo de vida próprio, mas como tempo morto e vazio, arrebatado à vida como um pesadelo.

Isso por que, de acordo com Debord (s/d, p.101) "o triunfo do tempo irreversível da burguesia é também a sua metamorfose em tempo das coisas, por que a arma de sua vitória foi precisamente a produção em série dos objetos, segundo as leis da mercadoria". O tempo da produção é o tempo do não-desenvolvimento humano, mas do capital. "o tempo da produção, o tempo-mercadoria, é uma acumulação infinita de espaços equivalentes [...]. É nesta dominação social do tempo-mercadoria que 'o tempo é tudo, o homem é nada: e quando muito a carcaça do tempo' (MARX, 1983, p. 103-104). É o tempo desvalorizado, a inversão completa do tempo como "campo de desenvolvimento humano".

Sobre a desvalorização do trabalhador enquanto homem e das suas necessidades humanas, destaca Marx (1983:211-12): "[...] que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto pertencente à autovalorização do capital [...] O Capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho". Exceto se a sociedade o impele, se a luta de classes o impele a repensar suas formas de exploração, de controle do tempo de vida do trabalhador.

As lutas pela redução da jornada de trabalho e pela diminuição da intensificação da produção refletem a utilização da categoria tempo como fonte de poder social para uma determinada classe social. "As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, elas sempre exprimem algum tipo de controle de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social" (HARVEY, 1993, 218), mesmo que as vitórias sejam parciais ou até lutas pelo poder frustradas geram boa parte das energias necessárias às mudanças das regras.

As modificações tecnológicas, a ampliação das forças produtivas, a mais-valia relativa em detrimento da mais-valia absoluta que implicava longas jornadas de trabalho, a ampliação do tempo livre seja pela automação da produção, desemprego ou pela ampliação da expectativa de vida, não promoveu a emancipação da humanidade, não substituiu as práticas temporais dirigidas às coisas, não suprimiu o tempo-mercadoria do não-desenvolvimento humano e a produção voltada para atender as necessidades reprodutivas do capital. O capitalismo se mostra como um sistema totalitário, atingindo todos os domínios da vida humana, principalmente do tempo liberado do trabalho dos idosos, aparentemente livre e de autorealização.

Na verdade, as novas formas de tratar a velhice, especialmente nos setores médios, estão estreitamente relacionados com o que Jameson (1984 apud DEBERT, 1999: p.20) caracterizou como a prodigiosa expansão do capital, principalmente, depois dos anos 70, para áreas não mercantilizadas, e como essa expansão reelabora as concepções sobre

o corpo e a saúde, difundem concepções autopreservacionistas, da juventude como valor, da necessidade de manter-se ativo, de exercita-se, adotar novos comportamentos, difundindo a lógica do capital para esse tempo da vida dos trabalhadores.

As inovações tecnológicas como destaca Lucács, ao invés de proporcionar mais tempo livre, temos a sua manipulação através da indústria do consumo, da cultura e do lazer:

[...] Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência [...] Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em otium, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho [...]. (LUCÁCS, 1978, p.23 apud ANTUNES, 2000, p.131).

Sobre esta expansão do estranhamento para a esfera do consumo, para o tempo liberado do trabalho como resultante do avanço tecnológico, Lucács (apud ANTUNES, 2002, p.192) ressalta: “o desenvolvimento tecnológico não produziu necessariamente o desenvolvimento de uma subjetividade cheia de sentido, mas, ao contrário, pode inclusive desfigurar e aviltar a personalidade humana [...]” Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar ‘diretamente um crescimento da capacidade humana’ o pode também nesse processo, sacrificar os indivíduos (e até classes inteiras)” (LUCÁCS, 1981,p.565 apud ANTUNES, 2002, p.192).

As mudanças nas práticas temporais e espaciais no capitalismo contemporâneo, se voltam para acelerar o tempo de giro do capital, daí o investimento na indústria do entretenimento, do lazer, da moda etc. O capitalismo penetra com sua indústria do consumo, de mercadorias e de serviços, no tempo livre, no lazer. Os idosos, portadores de renda e de tempo liberado do trabalho passam a ser alvo desde mercado. Mas, para isso é necessário revolucionar os costumes, a cultura, os comportamentos, e outras barreiras que os impedem de ser um consumidor em potencial.

Portanto, no tempo do não-desenvolvimento humano, no tempo desvalorizado, o próprio lazer é impregnado da racionalidade econômica e se transforma em mais uma mercadoria a ser consumida.

De acordo com Kurz (1999), sob o jugo do mecanismo global capitalista e mais ainda em tempos de crise, não há tempo verdadeiramente livre. O assim chamado lazer não é um tempo liberado, mas, sim parte do fetichismo e de suas obrigações. Com o avanço da

indústria da cultura e do lazer, estes não são mais espaços de autonomia. Em síntese, o lazer está sendo dominado tanto pelo objetivo da acumulação do trabalho morto quanto pelo próprio tempo do trabalho.

#### 4 CONCLUSÃO

Concordamos com Antunes, que o domínio ativo e autônomo da esfera do trabalho e da reprodução encontra seu corolário na esfera livre e autônoma da vida fora do trabalho, onde tempo livre se torne efetivo e real, também ele autodeterminado, desde que não seja mais conduzido pelas regras impositivas do mercado, subordinado a uma produção voltada para atender necessidades humanas, de um tempo humano e não mais dicotomizado, um tempo que tenha por base o desenvolvimento do homem em qualquer idade.

Uma nova sociabilidade capaz de valorizar o ser humano, inclusive o ser social que envelhece, só é verdadeiramente possível

[...] por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. (ANTUNES, 2001, p.177).

Em que pese às lutas sociais dos idosos para ampliar suas necessidades para além da sua mera sobrevivência, por uma vida digna, com qualidade e saúde, é utópico e romântico pensar na problemática social da velhice dissociada da exploração do trabalho, dos mecanismos de produção e reprodução da sociedade capitalista, como uma fase da vida marcada pelo “fazer prazer”, pela realização pessoal numa sociedade em que predomina o trabalho assalariado, fetichizado e precarizado, o desemprego, que vem criando um sistema de proteção também dual, para os integrados e os desintegrados sociais sem emprego e sem uma velhice protegida.

#### REFERÊNCIAS

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5.ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.34, p.39-56,1997.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de privatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 1999.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. s/d disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

NOBERT, Elias. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1998.

GOMES, Márcia Q. de C. Trabalho e tempo livre no envelhecer: o fazer produtivo e o fazer prazer. In: FERREIRA, Mary (org.). **Os saberes e os poderes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA/Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa Mulher, Cidadania e Relações de Gênero, 2001. p.215-228.

HADDAD, E. G de Macêdo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões de nossa época, v.10)

HARVEY, D. **Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KURZ, R. **A expropriação do tempo**. 1999. Disponível em:<[http// www.obeco.planetaclix.com](http://www.obeco.planetaclix.com)>. Acesso em 20 fev. 2005.

MARX, K. **O capital**.vol.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.